CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Concorrência Presencial nº 90038/2025-C — Contratação de agência de propaganda (Lei nº 12.232/2010)

A empresa **DECISÃO PROPAGANDA**, já qualificada no presente procedimento licitatório, vem apresentar **CONTRARRAZÕES** ao Recurso Administrativo apresentado pela empresa Thruster, pelos fatos e Direito abaixo expostos.

I. Síntese e admissibilidade

A Thruster interpõe recurso alegando (i) supostas "irregularidades formais" na Via Não Identificada do Plano de Comunicação (recortes/grampos e trechos em negrito), (ii) erro no julgamento da **Capacidade de Atendimento** (item 9.2.2) e (iii) insuficiência de repertório/relatos pela DECISÃO. As assertivas reproduzem trechos do edital — p.ex., o **item 12.1.1.2, alíneas "a" e "f"**, sobre padronização (papel A4 75 g/m²; **fonte Arial, estilo normal, corpo 12; sem recursos gráficos/recortes**), e o **item 9.5.1** (desclassificação por descumprimento formal) — todos referidos pela própria recorrente.

Conhece-se do recurso, mas ele não merece provimento.

decisão
propaganda

II. Regras legais aplicáveis e traços essenciais do edital

A Lei nº 12.232/2010 rege a licitação para serviços de publicidade. Exige: (a) **propostas técnicas em três invólucros** (via não identificada; via identificada; demais informações), com invólucro da via não identificada **padronizado** e sem identificação; e determina que a via identificada **tenha o mesmo teor da via não identificada, sem exemplos de peças**.

Também impõe que o **julgamento** observe **exclusivamente** os critérios do instrumento convocatório (**art. 6º, VI**), e prevê **reavaliação** pela subcomissão sempre que a diferença entre a maior e a menor nota de um quesito superar **20% da pontuação máxima** do quesito (**art. 6º, VII**).

Para a **Capacidade de Atendimento**, a própria lei determina que o "**conjunto de informações**" avalie **capacidade de atendimento** e **nível dos trabalhos realizados**.

O **julgamento técnico** é feito por **subcomissão técnica**, sorteada em sessão pública, com qualificação na área e composição mínima de 1/3 de membros externos (**art. 10, §§ 1º e 2º**).

Em reforço, a doutrina e a imprensa jurídica explicam o desenho legal da subcomissão (composição qualificada, sorteio público e autonomia técnica).

Por fim, a lei veda **qualquer marca, sinal ou palavra** capaz de **identificar o proponente na via não identificada** (**art. 6º, XII**) e admite **padronização de tamanho, fontes e exemplos**, ressalvada a liberdade específica das tabelas/planilhas do plano de mídia (**art. 6º, IX e XI**).

> **Conclusão normativa:** o regime é de julgamento **apócrifo** da via não identificada, por **subcomissão sorteada**, com **padrões** definidos no edital, **sem identificação** do autor, e com **possível reavaliação** quando houver dispersões relevantes de notas.

III. Do mérito

1) Suposta violação ao item 12.1.1.2 do edital (recortes/grampos e "negrito" na Via Não Identificada)

Alegação da recorrente. A Thruster afirma que a DECISÃO teria (a) apresentado **"prancha com recorte em formato de concha, presa por grampos metálicos"** e (b) utilizado **trechos em negrito** na prancha da Ideia Criativa; por isso, sustentaria **descumprimento formal** (item 9.5.1).

Refutação.

(i) **Inexistência de identificação**: a vedação legal central na via apócrifa é impedir

qualquer identificação do proponente (**art. 6º, XII**). O uso de **negrito** ou o acoplamento de **um recorte colado/grampeado** não constituem, por si, **marca, sinal ou palavra identificadora**; são recursos gráficos neutros, incapazes de revelar autoria. Logo, **não há violação ao núcleo de apocrificidade**, que é o bem jurídico protegido.

A doutrina específica de licitações em comunicação alerta, inclusive, para a **fragilidade de alegações de "identificação" baseadas apenas em escolhas gráficas genéricas**; é preciso demonstrar **vínculo identificador concreto** entre o estilo e a autoria, o que não foi feito.

(ii) **Padronização x razoabilidade**: Ainda que o edital (item 12.1.1.2) padronize **Arial 12, estilo normal**, a eventual presença pontual de **negrito** em roteiro (p.ex., para rubricas/ênfases) é **desvio formal mínimo**, sem potencial competitivamente relevante — portanto **insuficiente para desclassificação**. A jurisprudência do TCU tem aplicado **formalismo moderado e razoabilidade** para evitar que **meros vícios formais, sem prejuízo**, sacrifiquem a proposta tecnicamente mais vantajosa.

Veja-se, ademais, a literatura administrativa recente, que sistematiza o **formalismo moderado** como técnica de **compatibilização** entre vinculação ao edital e **eficiência/seleção da proposta mais vantajosa**.

(iii) **Ônus probatório da recorrente**: a Thruster não demonstrou que o suposto recorte/grampeamento **alterou dimensões (A4)**, **gramatura**, **legibilidade**,

conteúdo, ou que tenha **favorecido a identificação** da autoria — núcleo protetivo do art. 6º, XII.

Sem prova de **prejuízo à isonomia** ou **desrespeito material** às vedações legais, não há como converter uma **irregularidade aparente** em **causa extrema de desclassificação** (item 9.5.1).

(iv) **Apocrificidade e definitividade**: a doutrina sobre **julgamento apócrifo** em licitações de publicidade destaca que **questionamentos ex post** sobre minudências gráficas **não podem romper** a lógica **"às cegas"** da avaliação nem substituir o juízo técnico da subcomissão, sob pena de **risco ao resultado**.

Em decisões administrativas correlatas, enfatiza-se que a **via não identificada deve ser julgada às cegas**, justamente para preservar imparcialidade; remexer o mérito técnico a partir de alegações formais dissociadas do **prejuízo** compromete esse regime.

Conclusão do tópico: não demonstrada violação **material** à apocrificidade, tampouco prejuízo competitivo, **afasta-se a desclassificação** pretendida com base no item 9.5.1.

2) Capacidade de Atendimento – item 9.2.2 (profissionais, currículos 8.7-8.9, estrutura, variedade de trabalhos)

Alegação da recorrente. A Thruster sustenta que sua proposta traria rede maior de profissionais, currículos completos, imagens da estrutura e variedade de repertório, enquanto a DECISÃO teria ficado no mínimo; conclui que a nota da DECISÃO teria sido "inconcebivelmente" superior, afirmando tratar-se de **"cálculo matemático"**.

Refutação.

(i) **Natureza valorativa do quesito**: a **Lei 12.232/2010** estabelece que o **conjunto de informações** (capacidade de atendimento) avalie **capacidade** e **nível dos trabalhos**, não sendo um somatório aritmético cego, mas **juízo técnico motivado** pautado no instrumento convocatório.

A própria lei manda que o **julgamento** se dê **exclusivamente** pelos critérios do edital (**art. 6º, VI**) — isto é, **critérios objetivos definidos previamente**, aplicados pela **subcomissão técnica**.

(ii) **Deferência à Subcomissão Técnica**: o ordenamento confere à subcomissão **autonomia técnica**, desde que respeitada a composição e o sorteio público (**art. 10, §§1º e 2º**).

A literatura especializada reforça que **é a subcomissão a "palavra final"** sobre o **conteúdo técnico** das propostas, dentro dos critérios editalícios, justamente para blindar o julgamento de pressões e subjetivismos exógenos.

(iii) **Reavaliação por dispersão (>20%)**: se houve diferença entre a **maior e a menor nota de um mesmo quesito** superior a **20% da pontuação máxima**, a **subcomissão deve reavaliar** para restabelecer o equilíbrio (**art. 6º, VII**).
A recorrente **não comprova** qualquer inobservância desse rito (p.ex., demonstrando a **dispersão concreta** e a **falta de reavaliação**). Sem esse lastro, o ataque à nota da DECISÃO é **retórico**.

(iv) **Ônus argumentativo**: dizer que o quesito é "praticamente matemático" **não o torna matemático**; a lei **não reduz** Capacidade de Atendimento a contagem bruta de profissionais/imagens, mas a um **conjunto qualitativo** aferido com base **no edital**.

Conclusão do tópico: ausentes prova de vício procedimental (composição/sorteio) ou de descumprimento do **art. 6º, VII**, **mantém-se a nota atribuída** à DECISÃO.

3) Repertório e Relatos de Soluções (diversidade de clientes; adequação das soluções)

Alegação da recorrente. A Thruster sustenta possuir repertório amplo e que a DECISÃO teria "um único cliente", concluindo haver "absurdo" no resultado.

Refutação. O **edital** (tal como a própria recorrente transcreve) prevê analisar **diversidade** e **adequação das soluções**; porém, a comparação rasa ("quantidade de clientes") **não é suficiente** para infirmar o **juízo de mérito técnico** sobre

pertinência, **coerência estratégica** e **qualidade de solução**, próprios do julgamento por subcomissão.

Ademais, por se tratar de quesito da **via não identificada**, a **revisão ex post** do mérito, sem vício formal relevante, **colide com a apocrificidade**, como reconhecem decisões administrativas e a doutrina.

Conclusão do tópico: mantêm-se as notas por ausência de demonstração de ilegalidade concreta ou de violação ao rito legal.

4) Sobre a invocação de "vinculação ao edital"

A Thruster cita lições genéricas de que o **edital é a "lei interna" da licitação** e que o julgamento deve ser **objetivo**. Concordamos — é exatamente o que fez a Administração: **aplicou os critérios do edital** e **da lei** (art. 6º, VI).

Todavia, a **vinculação** não autoriza **desclassificação automática** por **falhas irrelevantes** e **sem prejuízo**, sob pena de **formalismo excessivo**. O TCU, inclusive, tem decisões recentes lembrando a necessidade de compatibilizar **vinculação** com **formalismo moderado/razoabilidade** na condução e no julgamento.

A doutrina administrativa ecoa o mesmo sentido, evitando que a forma se sobreponha à essência do ato e à busca da proposta mais vantajosa.

5) Garantias do julgamento técnico: subcomissão e sorteio público

A Lei 12.232 exige **subcomissão técnica sorteada em sessão pública** com membros qualificados e **1/3 externos**.

A literatura jurídica atual salienta que este desenho reforça a **imparcialidade** e a **autonomia** do juízo técnico, e que **intervenções externas** no mérito das notas devem ser **excepcionais** e **fundadas em vício objetivo** (composição/rito), sob pena de esvaziar a finalidade do modelo especial de publicidade.

No presente caso, a recorrente **não ataca a composição/sorteio**, nem demonstra ofensa ao **art. 6º, VII** (reavaliação), limitando-se a discordar do **conteúdo das notas**, o que não basta para anular/desclassificar.

IV. Conclusão: improcedência integral

(i) **Via Não Identificada**: Não demonstrada **identificação** do proponente (art. 6º, XII), **prejuízo à isonomia** ou **descumprimento material** do padrão, e presente a diretriz de **formalismo moderado**, não se sustenta a desclassificação pretendida pelo item 9.5.1.

(ii) **Capacidade de Atendimento / Repertório e Relatos**: São quesitos de **avaliação técnica**, regidos por critérios do edital e pela **autonomia da Subcomissão**; a recorrente **não provou** quebra do rito (art. 6º, VII; art. 10, §§1º e 2º) nem apresentou **erro objetivo** que autorize revisão das notas.

decisão
propaganda

Assim, requer-se:

(a) o **conhecimento** e **DESPROVIMENTO** integral do recurso da THRUSTER;

(b) a **manutenção de todas as notas** e da **classificação** atribuídas à DECISÃO PROPAGANDA; e

(c) por cautela, que eventual **dúvida pontual** quanto a elementos físicos da Via Não Identificada (p.ex., presença de negrito/grampos) seja dirimida **sem prejuízo ao apócrifo e à razoabilidade**, garantindo-se, se for o caso, **reavaliação interna** nos estritos termos do **art. 6º, VII**, **sem desclassificação**.

Termos em que,

Pede deferimento.

Florianópolis, 03 de outubro de 2025

Luiz Claudio dos Santos

Assinado de forma digital por Luiz Claudio dos Santos
Dados: 2025.10.03 11:05:06 -03'00'

Luiz Claudio dos Santos
Representante Legal
Decisão Propaganda Ltda.
CNPJ.: 80.995.202/0001-50